

O LABIRINTO INFINITO: BORGES CONTRA LEIBNIZ

Pedro Alegre (UFRJ)

O olhar para o infinito

No começo da indagação filosófica, o céu refletia a composição ordenada do cosmos e, da Terra, o homem podia ocupar o centro do mundo sob a proteção estelar. O que ficou definido por Aristóteles e Ptolomeu iria, durante séculos, marcar o olhar do homem para o espaço e o mundo conhecido. Até o Renascimento, o conhecimento do homem, assim como seu mundo, poderia ser definido como uma região compacta, ainda que sofresse impactos sísmicos desde a Grécia antiga. Mesmo o céu, a certa altura da Idade Media tardia, pareceu pequeno e os becos das cidades cada vez mais estreitos; as palavras começariam a falhar – intuindo problemas futuros. Como se o espelho das estrelas fixas baixasse tal qual uma parede e sufocasse o homem, ele ficou sem saída. Por alguns momentos se sentiu esmagado. O antigo céu parecia lhe barrar a visão. Algo aconteceu na retina daquele cuja vida foi, desde sempre, olhar para o céu de estrelas. A bolha da cosmologia clássica estourou, porque o homem parecia diferente desde os tempos de Ptolomeu. O *novus homo*, ao olhar à noite para o céu, podia ver um vasto universo cuja extensão não caberia ao homem limitar. As navegações ocupavam a Terra por inteiro e, através da nova ciência, a alma humana exigiu um espaço muito maior, até o ponto de Giordano Bruno se perder na imensidão do céu infinito.

O conhecimento científico foi o que deu ao Renascimento os meios necessários para que toda a imagem do universo fosse alterada. O período fústico da humanidade foi aquele cuja extensão da sua natureza era o espelho do universo. A ciência, a partir de Galileu, formaria o novo espírito até culminar em Newton. O mundo que se tornou estreito demais se dissolveria nos incontáveis mundos que guarda nosso universo. Ao assumir a nova verdade, Bruno ainda sofreria o impacto do mundo antigo que, até onde pôde, tentou sobreviver. Sua morte na fogueira da Inquisição foi o brilho que acelerou a chegada da nova configuração espiritual. O século XVII seria o auge das profundas mudanças do lugar do homem no mundo, e quem nele viveu não deixou de sofrer abruptas contorções na face diante do assombro ou sentiu-se continuamente em uma queda vertiginosa da qual não se podia mais escapar.

Giordano Bruno pronunciou as palavras que foram, antes dele, constantemente adiadas por Nicolau de Cusa e outros, até mesmo Copérnico. A intuição de Nicolau de Cusa foi capaz de romper a estrutura metafísica do cosmos antigo, acabando com a hierarquia entre os astros e, principalmente, com respeito à posição inferior da Terra. O cardeal desmonta bravamente a estrutura

sustentada na Idade Média ao afirmar que não se poderia dar limites ao universo, sendo, portanto, de natureza indefinida. Sua douta ignorância parte da idéia do conhecimento humano limitado diante de um mundo indeterminado. Assim, sua tentativa de mudança metafísica na compreensão de sua época pode ser definida como a retirada do centro do universo para sua circunferência. Isto é, o limite que contém todo o universo não tem um centro físico, mas metafísico; e coincide com sua circunferência, seu todo, que, para Nicolau de Cusa, é Deus. No entanto, este pensamento produziu pouco efeito entre os contemporâneos. O que seu pensamento inovador apenas intuía, foi confirmado com Copérnico. Finalmente, a ordem tradicional do cosmos foi abalada para sempre. O mundo, de fato, pareceu sair do lugar levando os homens consigo. Se a Terra não era o centro do universo, a teologia cristã sofreria fortes ameaças. O homem, então, não era o centro das atenções divinas e pertencia a uma ordem cujas leis, agora, lhe pareciam assombrosas e de impossível penetração. Era o começo do fim.

Contudo, nem Nicolau de Cusa nem Copérnico afirmam o infinito. O universo ainda permanece apenas sem limites identificáveis. Coube a Bruno a tarefa de reivindicar a infinitude, de maneira radical, como a máxima perfeição. O que o antecede fornece os elementos necessários para que, mesmo de modo impreciso, pudesse completar a nova visão. Além de Nicolau de Cusa, Bruno vincula os atomistas gregos e também Lucrécio, admirador de Epicuro, como precursores da idéia sobre o infinito. Em que pese as limitações e interpretações confusas de Bruno, o fascínio que seu pensamento carrega nasce da ruptura que ele representa e do caos que anuncia. Ao atualizar Lucrécio, dita o prólogo do novo espírito: “efetivamente, por todo o lado, abre-se às coisas, em toda direção, um espaço sem limites” (BRUNO, 1984, p. 15).

Por todo lado, inclusive o de dentro, o homem perdeu seus limites. Ao olhar para o céu, a ordem cósmica pareceu se desfazer em mil pedaços cujo centro não é possível mais pensar. O que o pensamento de Bruno alcançou de modo poético, no século XX ganhou uma dimensão científica e nova. Somente com a física contemporânea é que nossa sensibilidade pode compreender um universo em constante expansão. As galáxias estão efetivamente, e cada vez mais, se distanciando umas das outras, sem que se saiba bem onde isso vai parar. Olhar para o céu significa, hoje, perceber o movimento do universo que se distancia de nós, se alarga e, para resgatar Bruno, desenha o espaço infinito. Hoje acreditamos, contudo, que o universo teve um início e possivelmente terá um fim, porém nada ainda é seguro. Embora contraditório, o que Bruno perseguiu abre as portas à idéia moderna do universo, mesmo que a antiga mentalidade ainda não pudesse conter suas radicais conseqüências. A idéia de infinito é amparada na noção absoluta do poder de Deus que não poderia criar o universo de outro modo. Koyré enfatiza que, por mais profético que seja seu pensamento, Bruno não possui um espírito absolutamente moderno. O seu pensamento incorpora uma verdadeira teologia do infinito que “para ser perfeita e digna do criador, a obra de Deus deve, portanto, conter tudo que é possível, ou seja, inumeráveis seres individuais, inumeráveis Terras, inumeráveis astros e sois – poderíamos, assim, dizer que Deus necessita de um espaço infinito a fim de nele colocar esse mundo infinito” (KOYRÉ, 2010, p. 49). O caminho que persegue não é científico, no sentido moderno, mas está baseado numa conflituosa metafísica.

O golpe sofrido pelo mundo antigo diante do pensamento sobre o infinito acabou com o princípio de estabilidade que o sustentava. Giordano Bruno afirma a constante transformação das

coisas como sendo prova da vitalidade do universo e de Deus. O princípio da substância imutável é substituída pela instabilidade do estado das coisas. A inversão dos valores se apresenta como consequência da nova visão. Ao negar a permanência como valor da compreensão da verdade, Bruno retoma antigas intuições do pensamento helênico. Quando se aproxima de Demócrito e Epicuro, seu pensamento já se encontra dentro da confusão e crise que apenas depois de sua morte seria levada às últimas consequências por outros pensadores. Sua metafísica parte de uma contradição que será a marca do mundo barroco.

A visão atomista de Epicuro, por exemplo, vai explicar o homem e o universo como resultante dos movimentos dos átomos que, dessa maneira, viveriam em constante transformação. Como se sabe, essa idéia original em sua época foi ignorada diante do pensamento substancialista de Aristóteles e Platão. A idéia de que o homem e as coisas são feitas por micropartículas indivisíveis e, por isso, suscetíveis a variação, quase desapareceu durante séculos até que encontrasse no nascimento da ciência moderna nova expressão. Hoje sabemos que, de fato, a matéria é constituída por átomos que, no entanto, são divisíveis, ao contrário do que se pensava. As idéias de Demócrito, continuadas por Epicuro, foram fontes de intensas perturbações por encontrarem no movimento infinito da matéria uma espécie de ausência de princípio, isto é, cuja determinação era difícil conceber. Os átomos se moveriam numa dança aleatória que daria forma ao homem e ao universo. A isto, décadas depois da morte de Giordano Bruno, Leibniz se oporia com todas as suas forças. O que dentro do pensamento de Bruno parecia dotado de uma harmonia poética, mostrou-se como sinal do novo tempo. Manter o universo infinito e mutável dentro de uma concepção divina da criação, chegaria ao ponto crítico que Leibniz empreenderia a última tentativa de dissolver. Se por um lado Epicuro aposta na máxima liberdade humana, negando qualquer determinação no movimento caótico dos átomos, isto é, não havendo uma razão prévia que conduzisse os destinos, por outro lado, Leibniz ridicularia essa ideia com certo pavor. Pois, se fosse certa, teríamos que assumir consequentemente uma limitação do poder divino ou até mesmo uma ausência de poder e, nesse caso, a falta do próprio Deus no comando do universo. Com a existência de um espaço infinito, compostos por infinitos mundos, cuja obra é feita pelo poder infinito de Deus, que razão então é capaz de governar esse cosmos sem centro? Bruno responde já em diálogo com o pensamento futuro de Leibniz: “um espaço infinito não é impossível, mas necessário; como um tal efeito infinito se ajusta a uma causa infinita” (BRUNO, 1984, p. 106). Concebendo o poder infinito de Deus, a natureza de sua criação consiste, portanto, no efeito da causa última. A existência de um espaço infinito é necessária. A metafísica entra em crise quando essa necessidade depara-se com a extensiva contingência do universo e da matéria. O problema do infinito ganhou a dimensão da alma humana com relação ao espaço no surgimento da nova visão científica. No entanto, o problema em questão se tornaria emblemático quando transposto ao estado temporal da realidade dos homens. Da seguinte maneira: o mundo atual é um entre tantos outros; desse modo, não poderia ter sido de outra forma? Se Epicuro diz que “nada impede a infinitudes de mundos” (EPICURO, 1985, p. 55), Leibniz procuraria a razão que é capaz dar ordem aos diversos mundos possíveis no tempo. E a natureza do seu pensamento foi, desde o início, a busca da razão para sair do labirinto da infinitude.

Os futuros contingentes

Tentando enfrentar os problemas decorrentes da visão epicurista, Leibniz argumenta que “Epicuro se descuidou ao negar o primeiro e o maior princípio das verdades de razão; ele negava que toda enunciação fosse ou verdadeira ou falsa” (LEIBNIZ, 2013, p. 254). Para Leibniz, dois prin-

cípios fundamentais guiam a razão dentro do labirinto aberto da liberdade do homem. O primeiro é o que parece argumentar contra Epicuro, o princípio da não contradição, que diz que, de duas proposições, uma tem de ser falsa e outra verdadeira, de onde se pode concluir que não pode haver duas verdades que se contradizem mutuamente. O segundo princípio é o da razão suficiente, que garante que nada exista sem que haja uma causa determinante. Caso contrário, segundo Leibniz, não haveria preferência para que isso exista em vez de outra coisa. Dentro desses grandes princípios, a razão tenta guiar-se por um fio de Ariadne que garanta uma saída desse emaranhado que se tornou a existência humana. E a primeira medida é garantir um acordo entre a fé e a razão. Seu esforço é mediar uma crise já exposta em sua época. Seu pensamento talvez seja última tentativa de reconciliar, dentro do pensamento filosófico, a ordem do mundo com a ordem de Deus.

O princípio da não contradição alega que ou algo acontece ou não acontece, isto é, que é verdadeiro ou não é. Contrariar esse princípio é destituir de razão o universo. Assim, aquilo que vem ao mundo é garantido com uma razão *a priori* que lhe deu origem, fazendo valer o princípio da razão suficiente. Quando Giordano Bruno diz que o universo infinito é uma necessidade de uma causa infinita, está dizendo o mesmo que Leibniz, quando justifica, por exemplo, a existência do nosso mundo como sendo o efeito máximo da causa última que é Deus. Desse modo, sendo o nosso universo a preposição verdadeira e Deus a razão determinante da sua existência, nosso mundo, segundo Leibniz, precisa ser o melhor. Este seria outro princípio da constituição racional. Pois, se Deus, enquanto razão última, dotado de uma suprema inteligência e presciência infinita, quando escolheu o mundo criado dentre todos os que poderia criar, naturalmente precisou escolher o melhor. Algo diferente disso provaria ou a má fé de Deus, pondo em questão sua bondade e misericórdia, o que não seria possível para um Deus; ou sua incapacidade e, portanto, sua falha ao escolher um mundo que poderia ser melhorado. Ambas as hipóteses devem ser descartadas tendo em vista a absoluta sabedoria divina. O princípio do melhor é um princípio racional associado a Deus enquanto o portador do conhecimento de todas as causas.

Dizer que Deus é a razão primeira de todas as coisas significa que ele é a única coisa necessária, pois é eterna. Todas as outras coisas decorrentes da liberdade de Deus são limitadas e, por isso, contingentes, isto é, não há nada em si que torne sua existência necessária. Portanto, achar a razão da existência do mundo é buscar o modo de reunir as coisas contingentes em torno da substância que lhe confere sentido. Isso que dizer que tudo o que existe poderia existir de outra maneira, pois tudo é contingente, exceto Deus, que é a única coisa necessária. Uma vez que Deus tenha criado nosso mundo, por que ele é dessa forma, com essa sequência de eventos, com essas estruturas materiais, e não de outra? Existe, na mente de Deus, um universo com todas as séries de mundos possíveis. Para justificar a existência atual do mundo, segundo Leibniz, “é preciso também que essa causa seja inteligente, pois esse mundo que existe sendo contingente, e uma infinidade de outros mundos sendo igualmente possíveis e pretendentes igualmente à existência tanto quanto ele, por assim dizer, é preciso que a causa do mundo tenha tido consideração ou relação com todos esses mundos possíveis, a fim de determinar um deles”. Uma vez que Deus alcança em si tudo aquilo que é possível, como “causa inteligente deve ser, de todas as maneiras, infinita e absolutamente perfeita em poder, em sabedoria e bondade” (LEIBNIZ, 2013, p. 138). É a respeito dos futuros contingentes, da liberdade de Deus e do homem, que o princípio do melhor vai recair como tentativa de aplacar o labirinto dos mundos possíveis.

Se duas proposições opostas forem verdadeiras, o equilíbrio do universo estaria em perigo e o plano de Deus, perturbado. Aquilo que era, para Leibniz, motivo de riso e assombro no pensamento epicurista chegaria até nós, no século XX, de algum modo imprevisto. A experiência da física contemporânea, através da mecânica quântica, é capaz de nos mostrar um mundo bastante controverso, cercado de obscuridade. O princípio de incerteza de Heisenberg foi ponto de uma virada epistemológica que causaria impacto nas mentes mais sãs. Segundo ele, não poderíamos obter uma localização precisa de uma partícula no espaço. Isso significa que toda tentativa de obter uma informação espacial, no universo da microfísica, é necessário levar em conta a impossibilidade de saber exatamente seu estado atual. Isto é, o conhecimento se dá por uma probabilidade do estado, não por sua precisa existência. Nessa forma de encarar o objeto, a incerteza provém não de um único resultado definido, mas de uma série de possibilidades que o fenômeno abarca. Do ponto de vista da mecânica quântica, uma partícula pode estar e não estar numa certa localização, pode ser e não ser ao mesmo tempo, porque a natureza do fenômeno está assegurada numa profunda instabilidade das coisas, e o universo, em um movimento que se pode tentar prever, mas sempre imerso numa incerteza fundamental diante do rumo da existência. A respeito dessa novidade, Bachelard explica que, para física clássica,

Bastava que dois objetos estivessem em lugares diferentes para que fossem diferentes, e se eram diferentes, estavam necessariamente diferentes. O lugar exato era um sinal essencial. Para a microtopologia atual já não é assim: dois objetos podem muito bem estar na mesma célula, são então espacialmente idênticos, são geometricamente indiscerníveis; nenhuma experiência pode distingui-los; sobretudo, não podem ser distinguidos por propriedades dinâmicas diferentes: a incorporação numa mesma célula acarreta uma uniformidade completa. (BACHELARD, 2010, p. 41)

Dois corpos podem habitar o mesmo espaço! O caráter imprevisível observado por Heisenberg e outros físicos no século XX rompeu a pretensão determinística da ciência e mostrou um universo bastante caótico, governado por leis que carregam um fator aleatório dentro de uma aparente harmonia. E isso muda tudo. Mesmo que a natureza da teoria quântica recaia mais profundamente na dimensão intra-atômica e que ainda não seja possível trazer suas conclusões diretamente para a escala humana, o mundo como conhecemos sofre uma mudança considerável. Ainda que não possamos sentir na vida imediata, a força de suas descobertas foi tão radical que Albert Einstein a recusou categoricamente, mesmo sendo sua teoria da relatividade a estrada que abriu o caminho para Heisenberg. Diante da certa casualidade que o princípio da incerteza impõe para o pensamento científico, Einstein iria objetar, em um famoso episódio, a seguinte razão: “Deus não joga dados!”. Num encontro anacrônico, talvez fosse a resposta de Leibniz aos físicos contemporâneos. Talvez tenha sido, ao tentar reverter a crise barroca do infinito. Ao ser o advogado de Deus no mundo, o filósofo evita se reduzir à vertigem que, no entanto, parece inevitável. Bachelard a afirma dessa maneira: “o real segue as regras de um jogo. A realidade é uma chance” (BACHELARD, 2010, p. 41).

À contingência das coisas é preciso responder com a necessidade de Deus. E o ato divino escolhe o melhor dos mundos dentre todos os possíveis. Desse modo, a realidade das coisas é garantida, ao menos, aparentemente. Entretanto, mesmo diante da realidade atual, as outras ainda permanecem, mas em outros mundos que não o nosso. Esses mundos que seriam inferiores em perfeição são as múltiplas realidades que oferecem, ao nosso destino, alternativas. Para resolver as contradições com relação ao futuro contingente, por exemplo, Leibniz vai argumentar que Adão

pecar ou não pecar não constitui contradição, mas impossibilidade. Ou seja, não são contraditórios porque pertencem a mundos distintos em que cada possibilidade habita sua plena razão sem oposição. Haveria, assim, um mundo em que Adão pecou e outro em que não pecou. E a multiplicidade de mundos se bifurca numa espécie de labirinto na mente de Deus, todas em potência.

Na *Teodiceia*, Leibniz narra uma fábula que é capaz de elucidar a natureza do mundo atual e a tensão constante diante dos futuros contingentes. Seu relato é a verdadeira expressão de um labirinto barroco. Ele conta uma pequena ficção sobre Sextus Tarquinius, o filho do último rei de Roma. Temendo seu destino infeliz, ele vai até Delfos consultar-se com o oráculo de Apolo. E as previsões do Deus são terríveis para Sextus. No entanto, Apolo alega que só tem o poder de prever o que acontecerá no futuro, mas o responsável por essa ordenação é Júpiter. Dessa maneira, não caberia qualquer súplica de Sextus. Ele, então, se encaminha para o templo de Júpiter para indagar sobre o destino cruel que a ele foi reservado. Ele faz os sacrifícios ao deus e faz suas queixas, suplicando um futuro que seja diferente do infortúnio que o aguarda. Júpiter objeta que, para que Sextus fosse feliz e sábio, ele precisaria renunciar Roma, de tal maneira que lhe será fiado outro destino. Porém, Sextus fica indignado porque acredita poder ser um grande rei, e indaga ao Deus que assim o responde: “Não, Sextus; eu sei o que lhe é preciso. Se você for a Roma está perdido” (LEIBNIZ, 2013, p. 413). Diante da possibilidade da coroa, renunciar tamanha esperança se torna um sacrifício demais para Sextus que deixa o templo e se encaminha para seu destino de soberba, traição e violência.

Ao assistir ao diálogo de Sextus, Teodoro, servo fiel e realizador de sacrifícios, se dirige a Júpiter falando do espanto causado por esse fato, e pediu mais esclarecimentos sobre sua grandeza e bondade. O Deus manda Teodoro ao encontro de Palas, para que ela o guie diante dos meandros do seu conhecimento. Ao chegar ao templo de Atenas, Teodoro recebe a ordem de se deitar calmamente. Nesse momento, inicia sua viagem onírica através do mistério. Quando Teodoro começa a sonhar, encontra-se numa terra estrangeira, grandiosa e com um brilho inconcebível. A deusa lhe aparece e o guia na luminosa construção do palácio dos destinos. “Há representações”, diz Palas sobre o palácio, “não apenas daquilo que acontece, mas ainda de tudo aquilo que é possível; e Júpiter tendo passado isso em revista antes do começo do mundo existente, digeriu as possibilidades em mundos, e fez a escolha do melhor” (LEIBNIZ, 2013, p. 413). Dentro desse lugar mágico, guardado na mente de Deus, é possível ver representado, como num teatro, as muitas possibilidades de tudo aquilo que se pode querer saber, caso existisse. Esses mundos se encontram, nas palavras de Palas, em estado de idéias. A partir das explicações acerca da natureza de tal mecanismo, a deusa parte para mostrar a Teodoro os mundos impossíveis de Sextus. “Em um mundo você encontrará Sextus muito feliz e elevado, em outro um Sextus contente por um estado medíocre, Sextus de toda espécie e de uma infinidade de maneiras” (LEIBNIZ, 2013, p. 414). Assim, passa a conduzir Teodoro pelos diversos cômodos do palácio, e cada cômodo era um mundo. Num piscar de olhos, ele consegue ver Sextus seguindo para uma cidade perto de Corinto; nela, cultivava um jardim, no qual acha um tesouro escondido e torna-se um homem rico e feliz. Nesse mundo, Sextus morre bem velho e amado pela cidade. O mundo do palácio divino contém, além das visões resumidas nas quais Teodoro viu toda a história num segundo, o livro dos destinos que corresponde a cada uma de maneira detalhada. Cada cômodo era um mundo, que era um livro. O grande palácio era, na verdade, a biblioteca dos destinos, guardados como idéias. A cada cômodo que Teodoro visitava, via outros Sextus com outros destinos.

Os cômodos seguiam em pirâmide; se tornavam sempre mais belos à medida que se subia para cume, e representavam mais belos mundos. Chegou-se, por fim, no supremo em que terminava a pirâmide e que era o mais belo de todos; pois a pirâmide tinha um começo, mas não se via o fim; ela tinha uma ponta, mas nenhuma base; seguia cruzando o infinito. (LEIBNIZ, 2013, p. 415)

Entrando nesse cômodo supremo, o melhor dos mundos escolhidos por Deus, Teodoro vê o mundo atual, no qual ele mesmo se encontra buscando a felicidade, como promessa leal de Júpiter, enquanto Sextus sai do templo inconformado, segue o destino de violar Lucrecia e cai na desgraça que acarretará no fim da monarquia de Roma e o início da República.

O terror desse labirinto de mundos se percebe do alto do melhor deles, de onde as infinitas possibilidades assombram constantemente o mundo atual. A obscuridade sem fim da base do palácio lança sua sombra sobre o mundo escolhido. E tudo aquilo que poderia ter sido e não foi ecoa pelo universo dos mundos possíveis. Ao escolher um mundo, Deus sacrificou todos os outros a permanecerem como potências, prisioneiras da sua própria negatividade. A crise proporcionada pelo labirinto barroco do tempo, do horror das infinitas vidas, infinitos Sextus buscando seus destinos, todas perdidas no livro das verdades eternas, foi estabilizada pelo cume da pirâmide. No entanto, ao abalar as estruturas do mundo atual, o conhecimento dos possíveis tornou-se o fantasma do qual o homem não pôde mais fugir. A última tentativa de Leibniz de contornar o inferno barroco não poderia ter uma longa vida. Não neste mundo. Os princípios que guiam a razão foram destruídos. Resta, como Leibniz preconizava, para além do conhecimento dos existentes, a ciência de todos os possíveis “onde é preciso, por fim, procurar a fonte das coisas” (LEIBNIZ, 2013, p. 416).

O labirinto infinito

Borges recebeu diretamente a noção leibniziana do mundo. No entanto, quando pensamos no labirinto contemporâneo expresso em suas ficções, sentimos a ausência do fio de Ariadne que nos pudesse dar destino. A razão ordenadora de Leibniz acabou por se perder, ela mesma, como um dos caminhos possíveis dentro do emaranhado da alma humana. Restou o mesmo delírio do infinito; agora, estranhamente aclamado mesmo sendo uma condenação.

Em “O jardim de caminhos que se bifurcam” recebemos a notícia do curioso caso de Ts’ui Pen, governador de uma província chinesa, erudito, exegeta dos livros tradicionais, astrônomo, poeta e calígrafo exemplar. Ts’ui Pen abandonou todos os prazeres e as funções da vida que tinha para isolar-se na mais profunda solidão, com duas finalidades: escrever um livro e construir um labirinto. Sua decisão ficou para sempre envolta no mistério e durante os treze anos enclausurado, no “Pavilhão da Límpida Solidão”, o arquiteto e romancista permaneceu como um enigma que se pensava decifrar ao fim de sua obra. Depois de sua morte, porém, seus familiares apenas encontraram manuscritos contraditórios, em grande desordem, e nenhuma pista do labirinto. Para desgosto da família, esse esboço de romance foi publicado, embora aparentemente nada do que foi escrito ajudasse a solucionar o mistério da vida de Ts’ui Pen, e, assim, aumentasse de maneira considerável a certeza da loucura em que mergulhara.

O que efetivamente se descobre muito tempo depois é que Ts'ui Pen elaborava em segredo uma nova experiência temporal que abalaria a cultura tradicional e viraria do avesso toda metafísica conhecida. A forma que escolheu foi a do romance. Quando declarou, certa vez, que abandonaria tudo para escrever um romance e, em outro momento, que construiria um labirinto, a lenda que sobreviveu foi a de um lugar inóspito onde Ts'ui Pen poderia ter levado a cabo essa construção. Com sua morte, toda a especulação tornou-se absurda, nada mais fez sentido. O que obscurecia, no entanto, o entendimento de seu pensamento foi imaginar duas obras. Muito mais tarde compreendeu-se: o livro e o labirinto são uma mesma e única obra. O romance era o labirinto que Ts'ui Pen passou os últimos treze anos construindo; e, ao fim, foi considerado incompreensível, caótico e, naturalmente, um esboço inacabado. A natureza dos seus escritos revelava as descobertas misteriosas do sábio chinês, e o que não se poderia imaginar, porém, era que, mesmo em fragmentos contraditórios, aqueles manuscritos eram a expressão fiel do mundo que buscou compreender até seus últimos dias e cuja organização máxima consistia em construir um labirinto.

A obra do Ts'ui Pen é a conclusão a respeito de um mundo confuso, regido por uma complexa e intrincada ordem, que se prolifera indefinidamente no tempo. No conto de Borges, seu romance é definido como um “labirinto de símbolos”, “um invisível labirinto de tempo”. E o mais inquietante a respeito da intenção de Ts'ui Pen: ele queria construir um labirinto infinito. A absoluta confusão em torno de sua obra e recepção negativa diz respeito à natureza infinita de seu problema. “O livro é um acervo indeciso de apontamentos contraditórios. Examinei-o certa vez: no terceiro capítulo morre o herói, no quarto está vivo” (BORGES, 1972, p. 103). O que à primeira vista se apresenta como erro do escritor, rascunho, indecisão a respeito da trama, é, na verdade, a peculiar visão de Ts'ui Pen. O que planeja com esse livro, cujo nome é o mesmo do conto, é redesenhar a configuração do universo em sua dimensão temporal. O mundo do homem é habitado pelo tempo atual, mas também assombrado pelas seqüências que se bifurcam indefinidamente. Borges constrói com isso, uma nova versão do mundo leibniziano. Contudo, sua história deixa o melhor dos mundos de lado para nos dizer que não só o melhor como todos os mundos estão em constante correspondência nas veredas do labirinto, sem que, com isso, exista um que prevaleça sobre os outros. A tese de Ts'ui Pen é, em poucas palavras, a experiência do infinito na literatura como extensão de uma existência de profunda crise. O inferno barroco se estende já sem nenhum meio de ordenação.

A explicação da controversa obra de Ts'ui Pen parte da seguinte anotação em um de seus manuscritos, cheia de mistério e poesia: “Deixo aos vários futuros (não a todos) meu jardim de caminhos que se bifurcam” (BORGES, 1972). Não poderia deixar sua obra a um único futuro, mas a vários; não poderia deixar para todos os possíveis, porque em muitos deles ela não poderia existir. O desenho de seu labirinto se faz com essa compreensão. Existimos, mas não em todos os caminhos do tempo.

O caráter contraditório do romance segue os princípios de um mundo labiríntico. Seu traço singular é que os caminhos não se perdem no espaço, mas no tempo. E o que é aceito como contraditório, no labirinto do tempo, é a mais perfeita representação da realidade. Ts'ui Pen acredita que diante de um caminho aberto no tempo, assim como no espaço, não se fecha atrás de si como numa fatalidade; quando seguimos numa direção do futuro são abertas passagens paralelas do mesmo fato como se essas bifurcações se materializassem perfeitamente. A imagem clássica de um jardim inverte, entretanto, seus sentidos tradicionais. Onde comumente se

atribui o espaço da razão por excelência, da ordenação cartesiana do homem diante do espaço natural, temos, na concepção da metafísica borgiana, um lugar para além do entendimento cuja realização existe numa plena contradição. Embora diverso, a analogia é irônica ao pensarmos no jardim epicurista, onde o mestre acreditava poder construir uma experiência de felicidade para os homens. O jardim dos caminhos que se bifurcam é também o lugar de aprendizado da experiência humana, entretanto, a garantia de felicidade está reservada ao futuro, mas não a todos. A revelação dos segredos do universo por Ts'ui Pen é carregada de obscuridade e sua representação constitui um pavor diante do qual tudo ainda é enigmático.

Leibniz já havia se deparado com os problemas dos mundos possíveis. O aspecto indomável da realidade que se apresenta sob o signo do infinito e da liberdade só permanecia em um centro coeso quando encontrava em Deus o mais possível entre os possíveis, o necessário entre a demasiada contingência da matéria. O caráter ordenador de Deus assegura estabilidade e viabiliza, por fim, a própria razão. De tal maneira que Leibniz pode dizer com toda certeza que “não existe caos no interior das coisas” (LEIBNIZ, p. 62, 2013). Entretanto, a imagem do palácio dos destinos mais se assemelha ao labirinto de Ts'ui Pen, diferindo deste apenas pelo cume da pirâmide, que é capaz de guardar os mundos possíveis como fantasmas. A imagem de um lugar onde se bifurcam todos os Sextus possíveis, se multiplicando pelos corredores, assumindo diversas formas através do tempo, é a representação de um labirinto infinito. Em Borges, isso ganha a forma que, em Leibniz, não poderia surgir em definitivo. O princípio da razão suficiente impedia que se pudesse ver tal situação do mundo. O que parece ter mudado desde Leibniz é que já não há tanta razão para identificar qual realmente é o melhor dos mundos. Ou pior: tem-se a impressão, como também em seu tempo, que o mundo atual perde em perfeição para outros possíveis. Assim, a ordem que teria formado o mundo atual tornou-se indesejável e a constante atração pelos mundos perdidos no labirinto rompeu a estrutura hierárquica que separava o ser do não-ser. Apossou-se do mundo uma enorme sensação de perplexidade como se estivéssemos realmente em um jardim de caminhos que se bifurcam.

O destino místico de Ts'ui Pen, isolado na solidão suprema, é o de retornar ao momento no qual, dentro da mente de Deus, estava o livro das verdades eternas que abarcava o universo em todas as suas possibilidades. Pode-se dizer que seu romance é a tentativa de construir esse livro absoluto que seria, portanto, um labirinto absoluto. “Em todas as ficções, cada vez que um homem se defronta com diversas alternativas opta por uma e elimina as outras; na do quase inextricável Ts'ui Pen, opta – simultaneamente – por todas” (BORGES, 1972, p.105). Dentro de um universo como esse, as contradições são inevitáveis e os absurdos são os caminhos pelos quais se tem de passar.

Fang, digamos, tem um segredo; um desconhecido chama à sua porta; Fang decide matá-lo. Naturalmente, há vários desenlaces possíveis: Fang pode matar o intruso, o intruso pode matá-lo, ambos podem salvar-se, ambos podem morrer, etc. Na obra de Ts'ui Pen, todos os desfechos ocorrem; cada um é o ponto de partida de outras bifurcações. (BORGES, 1972, p.105)

Em cada ponto no tempo existe uma descontinuidade onde as séries divergem e seguem caminhos paralelos, que se perdem para sempre ou convergem novamente no futuro. O universo infinito, em sua perfeita representação, contém em si todas as dimensões do tempo, diante das quais o homem se separa de si mesmo para trilhar caminhos contraditórios.

Em outro conto, “A biblioteca de babel”, Borges faz menção a um universo vertiginoso dentro dessa que seria uma biblioteca total, capaz de abarcar todos os livros. Desde Leibniz, vemos a sobreposição do livro ao mundo ou destino. O livro é fiel ao mundo que representa, ou melhor, ele é o próprio mundo representado. Borges utiliza amplamente da ficcionalização do mundo, de modo radical. O universo é a biblioteca. O escrever, o criar é o mundo e as coisas. Aqui, a definição de Walter Benjamin alcança plenitude: “A Renascença investiga o universo, e o Barroco, as bibliotecas” (BENJAMIN, 1984, p. 164). A filiação de Borges ao barroco leibniziano se atualiza num duplo caminho, no qual, ao compartilhar o mundo cercado por séries divergentes, a tentativa de tomar todo o universo se transforma no ato de escrever um livro impossível ou simplesmente achá-lo dentro da biblioteca interminável. O conhecimento do mundo passa pelo ato da escrita e da leitura.

O homem, “bibliotecário imperfeito”, busca em vão encontrar o livro que seria a súpula de todos os demais, aquele que poderia dar sentido à desordem de livros, salas, cômodos da Biblioteca. A chance de encontrá-lo dentro desse universo infinito é, contudo, próxima de zero. E como a Biblioteca contém todos os livros, todas as variações, todos os comentários, sem que haja qualquer título repetido, essa realidade lança sobre nós uma terrível sombra, próxima talvez da dos mundos possíveis presentes na *Teodiceia* de Leibniz. A esse respeito, é possível pensar o futuro, dentro do livro absoluto das verdades, como já escrito. Ao que Borges vai dizer: “A certeza de que tudo está escrito nos anula ou nos fantasmagoriza” (BORGES, 1972, p. 93). A Biblioteca total ou labirinto carrega, para o destino do homem, uma inevitável crise, um desespero. É o labirinto infinito do qual não podemos sair e no qual não podemos chegar.

As ficções de Borges apontam para o problema que elas representam infinitamente. Estas, muitas vezes, constituem verdadeiras “notas sobre livros imaginários”. Assim é a respeito de Ts’ui Pen, cujo romance jamais existiu, porque seu autor também inexistiu. A partir do conto da Biblioteca infinita também se supõe a possibilidade de todos os livros, e talvez um livro que resumisse todos, e, dessa maneira, o conto é, na verdade, um comentário sobre esse universo. Outros inúmeros contos de Borges fazem menção a um texto ou inúmeros textos que, no entanto, jamais existiram, mas essa inexistência é a fonte primordial que possibilita sua escrita. Chegamos a um ponto crucial: partindo do infinito, chegando aos infinitos mundos possíveis, até o ponto de nos perdermos nas contradições do tempo, nos vemos diante do problema que revela a natureza da crise. Quando nos deparamos com a necessidade de abarcar todas as possibilidades existentes, vindas da noção labiríntica do tempo, chegamos a um ponto curioso no qual pouco importa se escrevemos mil páginas ou nenhuma ou apenas um conto como Borges; se passamos treze anos, como Ts’ui Pen, imersos na solidão mística, e deixamos o romance inacabado; ou, até mesmo, se não escrevemos sequer uma linha; pois, ao que parece, a natureza desse infinito literário é de tal dimensão que tudo o que for dito sempre será, como fez Borges, um comentário a um livro absoluto, jamais escrito, que seria capaz de explicar o sentido da Biblioteca e do tempo. Todos os livros estariam destinados a acabar como o de Ts’ui Pen, pois são tentativas finitas de abarcar aquilo que não tem mais expressão na linguagem literária. Quando nos deparamos com o labirinto infinito, parece que percorremos um livro sem linguagem, cuja melhor expressão é o silêncio. A respeito dessa negatividade, podemos pensar o infinito como a forma absoluta que introduz o nada no destino humano.

Referências bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. *A experiência do espaço na física contemporânea*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BORGES, Jorge Luís. *Ficções*. Porto Alegre: Abril Cultural, 1972.
- BRUNO, Giordano. *Sobre o infinito, o universo e os mundos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- EPICURO. *Antologia de textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- KOYRÊ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- LEIBNIZ, G. W. *Ensaio de Teodiceia: sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal*. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

Pedro Alegre – Graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Literatura Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Faculdade de Letras da UFRJ. Professor Substituto de Literatura Brasileira na mesma instituição. Atua nas áreas de Teoria Literária, Literatura Comparada e Literatura Brasileira.

Contato: pedroalegre@globocom